

PANORAMA DO ENSINO ODONTOLÓGICO NAS REGIÕES NORTE, SUDESTE E SUL: IMPACTOS NA FORMAÇÃO E NA DISTRIBUIÇÃO PROFISSIONAL

**VITOR GABRIEL DA SILVA¹; HELENA PEREIRA RODRIGUES DA SILVA²;
GABRIELITO RAUTER MENEZES³; EDUARDO DICKIE DE CASTILHOS⁴**

¹*Universidade Federal de Pelotas – viitorgabriell2016@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – helena.pereira@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – gabrielitorm@gmail.com*

³*Universidade Federal de Pelotas – eduardo.dickie@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

O Brasil se destaca mundialmente na Odontologia por liderar o número de cirurgiões-dentistas registrados, resultado da rápida expansão dos cursos de graduação, especialmente no setor privado. Entretanto, tal crescimento não tem sido acompanhado por mecanismos eficazes de regulação capazes de alinhar a formação profissional às reais necessidades de saúde bucal da população (Morita, 2016; San Martin, Schmidt et al., 2018; Chaves, 2010).

A Organização Mundial da Saúde não define um padrão único para a quantidade ideal de profissionais de saúde bucal, pois essa necessidade varia conforme condições locais, como fatores socioeconômicos e epidemiológicos (WHO, 2000). No Brasil, o Ministério da Saúde recomenda a existência de uma equipe de saúde bucal para cada 3 a 4 mil habitantes, proporção que já foi amplamente ultrapassada, indicando um desequilíbrio entre oferta e demanda (Ministério da Saúde, 2018).

Além disso, a formação dos cirurgiões-dentistas tem sido influenciada por interesses comerciais, distanciando-se das reais necessidades de saúde pública. O processo de privatização do ensino superior, intensificado a partir da reforma universitária de 1968 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, impacta diretamente a qualidade da formação, principalmente nas regiões mais desenvolvidas (Chaves, 2010).

Diante desse cenário, este estudo tem por objetivo identificar e analisar a situação atual da formação de cirurgiões-dentistas nas regiões Norte, Sudeste e Sul do Brasil, por meio do mapeamento e caracterização das instituições de ensino superior e das vagas ofertadas, correlacionando esses dados com indicadores demográficos e socioeconômicos regionais. A escolha dessas três regiões se justifica por representarem diferentes realidades: o Norte, com o quadro mais crítico; o Sul, que expressa uma condição intermediária semelhante à do Centro-Oeste; e o Sudeste, que concentra os números mais elevados e é o mais impactado pela expansão.

2. METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como ecológico descritivo transversal e teve seu início com a delimitação do tema, seguido pela coleta de dados por meio do sistema e-MEC, ferramenta do Ministério da Educação (MEC) que acompanha os processos regulatórios do ensino superior no país. Inicialmente selecionaram-se os estados de interesse e, em seguida, levantaram-se informações como instituição de ensino, cidade, tipo de organização acadêmica, categoria administrativa, ano de

criação e vagas ofertadas. Essas informações foram inicialmente organizadas em uma planilha no Google Sheets, permitindo uma análise exploratória preliminar, e, posteriormente, sistematizadas em uma tabela no Google Docs, categorizadas por unidade federativa.

Paralelamente, foram obtidos dados demográficos e socioeconômicos do Censo Demográfico de 2022, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrangendo variáveis como população total, taxa de alfabetização, Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), rendimento domiciliar per capita e número de municípios por estado, complementando a base de informações para o estudo.

Além disso, foram coletados dados sobre o número de cirurgiões-dentistas com registro ativo em cada unidade da federação, por meio do Conselho Federal de Odontologia. A partir da análise integrada desses dados, buscou-se compreender a relação entre a oferta dos cursos de Odontologia e os indicadores socioeconômicos e demográficos, oferecendo uma visão contextualizada da distribuição da formação e dos profissionais nas regiões Norte, Sudeste e Sul do país.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A distribuição regional das instituições de ensino em odontologia no Brasil apresenta um padrão desigual. O Sudeste concentra o maior número de cursos e vagas, fruto do seu desenvolvimento econômico, alta densidade populacional e forte presença de conglomerados privados. O Sul apresenta um crescimento mais recente, predominantemente privado, com oferta focada nos principais centros urbanos. No Norte, a presença de instituições públicas é mínima, e o avanço do setor privado ocorre quase todo nas capitais, resultando em grandes áreas do interior sem cobertura.

Tabela 1: Distribuição regional da população, cirurgiões-dentistas, instituições e vagas em odontologia nas três regiões pesquisadas. Brasil, 2025:

	NORTE		SUDESTE		SUL		TOTAL
	n	%	n	%	n	%	
População (POP)	17.354.884	13,1	84.840.113	64,2	29.937.706	22,7	132.132.703
Cirurgiões-Dentistas (CD)	27.305	8,6	221.715	69,9	68.325	21,5	317.345
Relação (POP/CD)	635,7	-	382,6	-	438,4	-	-
Instituições Públicas	3	8,3	22	61,1	11	30,6	36
Instituições Privadas	42	14,6	173	60,3	72	25,1	287
Vagas Públicas	236	8,4	1.798	64,1	770	27,5	2.804
Média	78,6	-	81,7	-	70,0	-	-
Vagas Privadas	5.992	14,6	27.336	66,6	7.682	18,7	41.010
Média	142,6	-	158,0	-	106,6	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores

Em 2022, a região Sudeste concentrava 173 instituições privadas e 22 públicas, correspondendo a 60,3% do total de vagas ofertadas pelo setor privado entre as três regiões analisadas. No Sul, embora o setor privado também tenha

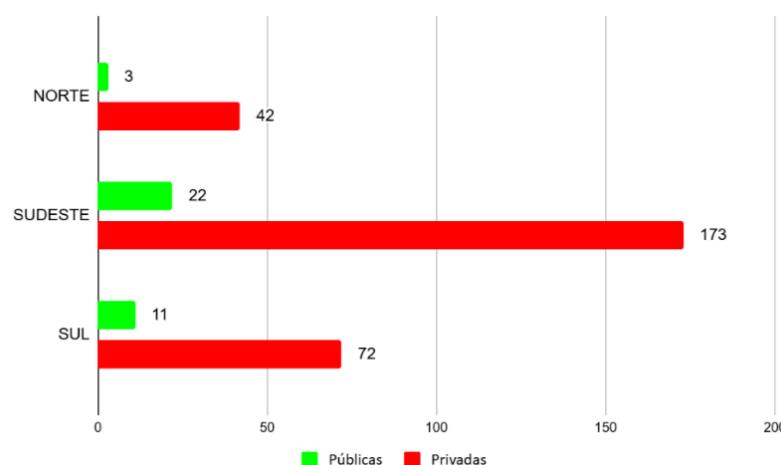
crescido significativamente, a média de vagas por instituição privada (106,6) é inferior à do Sudeste, e as instituições públicas se mantêm estáveis, com média de 70 vagas por instituição. No Norte, a oferta pública é limitada a apenas três instituições, enquanto as privadas saltaram de 6 para 42 entre 2000 e 2022, com média de 142,6 vagas por instituição, superior à média pública regional.

A análise regional entre os setores público e privado nas três regiões estudadas também revela disparidades significativas. Das 323 instituições de Odontologia, 36 são públicas (11,1%) e 287 privadas (88,9%), evidenciando uma predominância expressiva do setor privado. Quanto às vagas anuais autorizadas pelo MEC, o total chega a 43.814, sendo apenas 2.804 (6,4%) em instituições públicas e 41.010 (93,6%) no setor privado. Esses números indicam uma diferença superior a 14 vezes na oferta de vagas privadas em comparação às públicas, refletindo o peso do ensino privado na formação odontológica dessas regiões.

A Odontologia é regida pela Lei Federal nº 5.081/1996 e só pode ser exercida por graduados em cursos reconhecidos pelo MEC. Cabe ao MEC, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação (CNE), atualizar as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), revisadas em 2021 para garantir padrões mínimos de qualidade na formação dos cirurgiões-dentistas (FABIANO et al., 2024). Entretanto, a expansão descontrolada das Instituições de Ensino Superior (IES) na área odontológica tem provocado debates sobre a saturação do mercado e a qualidade da formação, um problema que já era sinalizado em 2009 e que se agravou na última década (SAN MARTIN et al., 2018; SALIBA, 2009).

Esse crescimento está inserido na mercantilização do ensino superior, impulsionada pela flexibilização regulatória e por programas como ProUni e FIES, que favoreceram a proliferação de faculdades privadas, muitas pertencentes a conglomerados educacionais focados na expansão rápida e no lucro (SILVA; MOURA, 2012; CHAVES, 2010). Enquanto isso, o setor público apresentou crescimento limitado, impactado por restrições orçamentárias e dificuldades de financiamento para infraestrutura necessária à formação odontológica, como clínicas-escola e laboratórios (OLIVEIRA et al., 2020). Essa expansão acelerada tem gerado preocupações sobre precariedade da infraestrutura, queda no rigor acadêmico e deficiências na formação profissional, além da saturação do mercado afetar a empregabilidade dos recém-formados (MENDONÇA; SOARES, 2019).

Gráfico 1: Número de Instituições de Odontologia nas Regiões: Norte, Sudeste e Sul. Brasil, 2025.



Fonte: Elaborado pelos autores

O Conselho Federal de Odontologia (CFO) tomou medidas para conter esse crescimento, como a ação civil pública de 2022 que busca suspender a abertura de novos cursos, medida considerada essencial para a sustentabilidade profissional pelo então presidente Juliano do Vale. Esse fenômeno também ocorre fora do Brasil, como no Chile, onde houve aumento expressivo nas matrículas sem correspondente melhoria na produção científica (CARTES-VELÁSQUEZ, 2013). No Brasil, a inclusão do SUS nas DCNs de 2021 reforça a formação voltada ao serviço público, porém persistem desigualdades regionais e socioeconômicas no acesso à saúde bucal, evidenciadas pelo índice CPOD e pela divisão entre “as saudáveis com acesso e as doentes sem acesso” (FAGUNDES et al., 2021).

4. CONCLUSÕES

Este estudo conclui que a rápida expansão do ensino odontológico no Brasil, principalmente no setor privado, tem gerado desequilíbrios na formação e na distribuição dos cirurgiões-dentistas, resultando em oferta excessiva de vagas sem correspondência às necessidades reais do mercado e da população. Além disso, as desigualdades regionais evidenciam a falta de uma política educacional integrada que considere as demandas locais por saúde bucal, agravando o acesso desigual aos serviços. Portanto, torna-se fundamental implementar políticas públicas que regulem a criação de novos cursos, revisem as Diretrizes Curriculares Nacionais e fortaleçam as instituições públicas, garantindo uma formação de qualidade e um sistema mais sustentável, com a participação ativa do MEC, CFO e demais órgãos reguladores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Morita MC, Haddad AE, Araújo ME. Perspectivas do acadêmico de Odontologia de universidades do Estado de São Paulo. **Rev Espacios**. 2016;37(33):1-10.

San Martin AS, Schmidt AL, et al. Distribuição dos cursos de Odontologia e de cirurgiões-dentistas no Brasil: uma visão do mercado de trabalho. **Rev ABENO**. 2018;18(1):63-73.

Chaves VLJ. Expansão da privatização/mercantilização do ensino superior brasileiro: a formação dos oligopólios. **Educ Soc**. 2010;31(113):481-500.

World Health Organization. Achieving the right balance: the role of policy-making processes in managing human resources for health problems. **Geneva: WHO**; 2000. (WHO/EIP/OSD/00.2).

Cartes-Velásquez RA. Crescimento exponencial das faculdades de Odontologia no Chile: efeitos sobre questões acadêmicas, econômicas e de força de trabalho. **Pesqui Odontol Bras**. 2013;27(6):471-7.

Oliveira MA, et al. A expansão não planejada e desigual de cursos de Odontologia no Brasil, de 1856 a 2020. **Rev ABENO**. 2020;21(1):63-73.

Fagundes MLB, et al. Desigualdades socioeconômicas no uso de serviços odontológicos no Brasil: uma análise da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019. **Rev Bras Epidemiol**. 2021;24:e210004.